

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião de Diretoria Colegiada”	
Documento convocatório: Ofícios CBHLSJ n.º 83/2022, de 04 de maio de 2022	
Data: 09/05/2022 Hora: 10h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Eduardo Pimenta (UVA - Presidente); Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Secretário Geral); Dalva Mansur (IPEDS – Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una); Edna Calheiros (AMEAS – Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema); Marcos Felipe Vargas (P.M.C.F. – Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama). Convidados: Adriana Saad (CILSJ); Jorge Senge (CLEMAARJ); Vinicius Mendes (Ass. Raízes); Arnaldo Villa Nova (Viva Lagoa); Zélia Maciel (RAÍZES); Jéssica Berbat (CILSJ); Leonardo Nascimento (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ).	
Pauta Executada: 1) Aprovação de sinopses de reuniões anteriores (12/04/2022); 2) Proposta de subscrição do CBHLSJ à CLEMAARJ (Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura); 3) Transposição das ETEs que aportam na lagoa de Araruama; 4) Tratativas sobre os projetos de saneamento do CBHLSJ; 5) Assuntos Gerais.	
Resumo: Antes da reunião ser formalmente iniciada, enquanto aguardavam a entrada de mais membros da instância, a Sra. Adriana Saad informou que o CILSJ e o CBH Lagos São João foi convidados a participar de uma audiência pública presencial, que seria realizada na Câmara Municipal de Cabo Frio, no dia 11 de maio de 2022, para discutir sobre tratamento de água e esgoto. Colocou que não poderia participar desse evento e que a Sra. Jéssica Berbat iria representando o CILSJ. O Sr. Eduardo Pimenta se disponibilizou a ir também, em nome do Comitê. A Sra. Adriana Saad comentou a importância da participação do Sr. Arnaldo Villa Nova, considerando que o mesmo é coordenador da Câmara Técnica de Saneamento e possui grande conhecimento do tema. Antes de iniciar a reunião, solicitou ao Sr. Eduardo Pimenta a inclusão de um item de pauta, antes de assuntos gerais, para tratar dos projetos de saneamento, o qual foi autorizado pelo mesmo. Em seguida, considerando que já havia o número mínimo de Diretores presentes, o Sr. Eduardo Pimenta iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e tratando do primeiro item de pauta,	

referente à aprovação da sinopse da reunião do dia 12/04/2022. A sinopse foi aprovada sem ressalvas. Prosseguiu-se para o segundo item de pauta, sobre a subscrição do CBHLSJ à CLEMAARJ – Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura. A Sra. Edna Calheiros, Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema, instância da qual partiu a solicitação em pauta, elucidou que foi realizada uma reunião deste Subcomitê, em que foi explanado informações sobre a conferência e ficou decidida a participação do mesmo. Sendo assim, foi combinado que o Sr. Jorge Senge apresentaria a Conferência ao Comitê, para todos tomassem conhecimento sobre o evento. O Sr. Jorge Senge agradeceu o convite e realizou uma breve apresentação sobre a CLEMAARJ, na qual proferiu que seria uma conferência de meio ambiente e agricultura, construída pela sociedade, que iniciaram suas discussões entre 2017 e 2018, cujo primeiro evento foi realizado em 2019. Comunicou que são previstos dois eventos esse ano, o primeiro uma Conferência Livre Estadual de Meio Ambiente e Agricultura, no dia 25 de junho, e o segundo seria um ato público ambiental, a ser realizado no dia 29 de junho, intitulado como “Festa Junina Ambiental”. Informou que a Conferência será realizada em Niterói/RJ e o ato no Rio de Janeiro/RJ. Destacou a importância da participação dos Comitês, pois mobiliza diversos segmentos da região. Expôs o site e redes sociais da CLEMAARJ, para que os presentes obtivessem mais informações e tivessem acessos aos documentos básicos, caso desejassem, e se colocou a disposição para sanar quaisquer dúvidas e receber contribuições. A Sra. Edna Calheiros parabenizou o Sr. Jorge Senge pela apresentação e informou que o Sr. Vinicius Mendes, da Associação Raízes, estaria organizando o deslocamento do Subcomitê Saquarema aos eventos. A Sra. Adriana Saad proferiu que o nome do banner precisaria destacar o nome do Comitê, assim como em qualquer outro material custeado pelo mesmo, mas nada impediria de se remeter ao Subcomitê Saquarema. O Sr. Eduardo Pimenta colocou a proposta em aprovação. A Diretoria aprovou a subscrição do CBHLSJ à CLEMAARJ, sem objeções. O Sr. Jorge Senge comunicou que estaria passando o *link* de inscrição para a conferência do dia 25 de junho para os interessados, pois haveria um número limitado de vagas no auditório onde aconteceria o evento. O Sr. Jorge Senge proferiu que o evento teria algumas despesas, como locação de banheiros públicos, toldo, eletricidade, etc. Tendo isso em vista, o mesmo questionou se o Comitê poderia apoiar financeiramente o evento com a alguma quantia, que não seria destinada a nenhuma entidade, somente para viabilização do evento. A Sra. Adriana Saad solicitou o encaminhamento de um *e-mail* formalizando a solicitação desse apoio e sugerindo um valor, para que a disponibilização do recurso fosse formalmente aprovado pelo Comitê. O Sr. Eduardo Pimenta

corroborou a fala da Sra, Adriana e incentivou a participação dos membros no evento. O Sr. Jorge Senge pediu ao Comitê, caso tivesse viabilidade, a divulgação da CLEMAARJ a outros Comitês. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a apresentação e todos os esclarecimentos trazidos pelo Sr. Jorge. Prosseguiu-se para o terceiro item de pauta, sobre a transposição das Estações de Tratamento de Esgoto que aportam na Lagoa de Araruama. O Sr. Eduardo Pimenta contextualizou a importância da Lagoa de Araruama e a discussão sobre a transposição, destacando a visível melhoria da qualidade das águas da Lagoa, mas que ainda há uma pequena parte que se encontra em estado crítico. Pontuou que, em sua opinião, somente a melhoria do tratamento dos efluentes talvez não fosse o suficiente. Enfatizou a importância da situação ser olhada como Comitê, e não como município somente, de uma forma que se decida em conjunto a melhor solução viável para a região. Além disso, observou que, por se tratar de uma lagoa hipersalina, o ideal é que a mesma não receba efluentes, pois os mesmos são de águas doces. O Sr. Leandro Coutinho questionou qual seria a atual posição da PROLAGOS sobre a transposição, tendo em vista a mudança na presidência. A Sra. Adriana Saad elucidou que a PROLAGOS informou que faria o que o Poder Concedente determinasse. Explanou que a PROLAGOS complicou o processo que vinha sendo resolvido, que já estava determinado desde 2013, referente a transposição da dos efluentes da Praia de Siqueira, que atualmente vão para a Lagoa de Araruama, para o Jardim Esperança e que os efluentes de São Pedro da Aldeia e Iguaba passassem pelos rios Papicu e Flexeiras. Informou que esses projetos já estavam consolidados, aprovados na AGENERSA e com recurso disponibilizado, todavia, devido a falta de celeridade, em 2020 a PROLAGOS contratou outro estudo que não compactuava com a transposição como uma solução para a situação. Aclarou que devido às dúvidas, o Comitê aportou recurso para fazer um estudo de modelagem do Rio Una, de maneira a dar uma resposta final se a transposição afetaria ou não a praia de Armação de Búzios, que se trata da preocupação dos movimentos do município. Sendo assim, a Sra. Adriana Saad proferiu que teria que resolver problemáticas políticas entre os poderes concedentes, envolvendo os municípios Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo frio, acerca desse tema. A Sra. Adriana Saad comunicou que a AGENERSA solicitou uma reunião para retomar essa discussão do assunto e decidir como proceder em relação à revisão quinquenal do Contrato de Concessão. O Sr. Arnaldo Villa Nova comunicou que, com base no seu conhecimento, existem duas alternativas: o emissário dentro da Lagoa ou emissário submarino, e que a Prolagos não considerava fazer a transposição para o afluente do Rio Una. Porém, a mesma informou faria o que o Poder Concedente decidisse, mas que seus estudos não

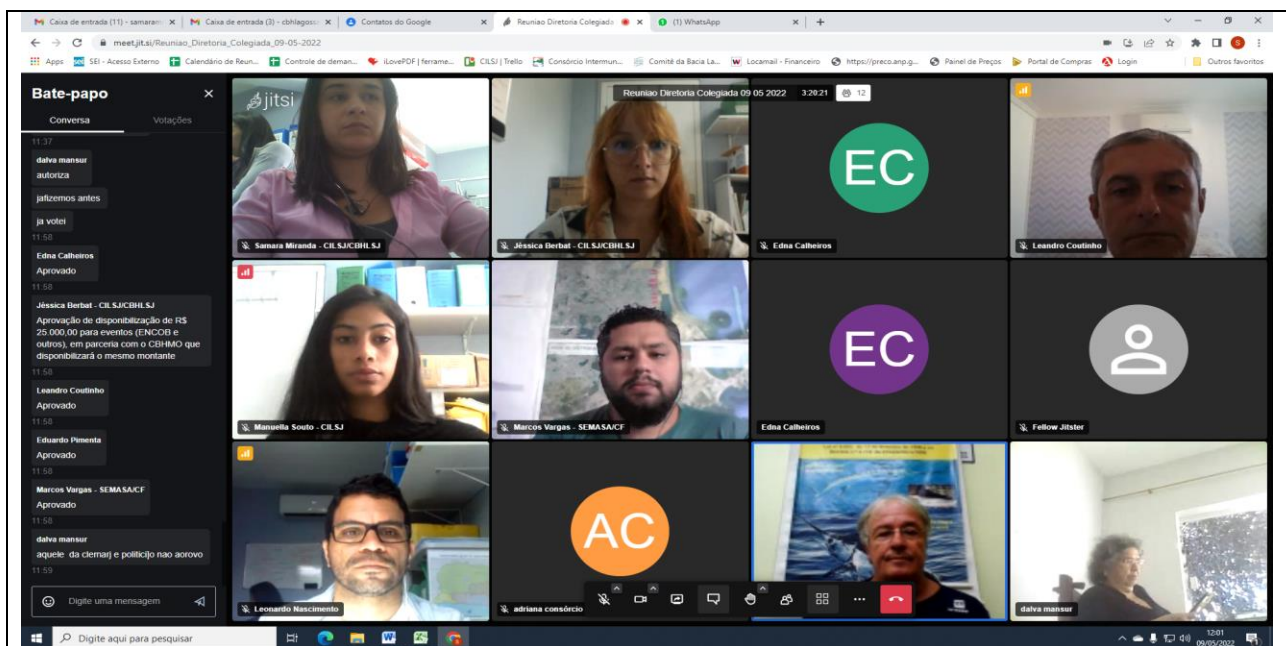
havam inviabilizado a transposição. Solicitou a projeção documento encaminhado por ele, referente à ETE do Jardim Esperança, para o conhecimento de todos. Esclareceu que não há necessidade de se instalar mais uma ETE terciária, mas sim melhorar o tratamento da ETE do Jardim Esperança, a qual já recebe efluentes da margem esquerda do Canal do Itajurú e passaria a receber também da margem direita. Como resultado, teria uma água de excelente qualidade, mas que, por ser água doce, não seria viável de ir para Lagoa de Araruama. O Sr. Eduardo Pimenta enfatizou a necessidade de avançar nesse assunto. Comentou que a posição da Prolagos, segundo suas informações, é de fazer o emissário submarino. Corroborou com a fala do Sr. Arnaldo, pontuando que essa transposição revitalizaria o Rio Una. Destacou a importância da recuperação de uma lagoa do porte e importância da Lagoa de Araruama, cujas águas das suas praias lagunares hoje, em sua maioria, encontram-se em ótima qualidade. Entretanto, destacou a importância de se pensar na manutenção da lagoa em longo prazo. O Sr. Arnaldo Villa Nova levantou que a proposta de emissário submarino seria ótima. Porém, teria a questão econômica, pois o valor da conta de água aumentaria numerosamente, ainda mais considerando a necessidade de instalação de ETEs terciárias. A Sra. Adriana Saad complementou que existiam estudos que demonstravam que o emissário não seria uma solução ambientalmente viável a longo prazo, tendo em vista que, haviam diversos casos em que o esgoto não era tratado corretamente antes de lançado no mar, afetando todo o ecossistema marinho, citando como exemplo a situação da cidade de Santos. O Sr. Arnaldo Villa Nova elucidou que, em Santos e no Rio de Janeiro, o esgoto é lançado sem tratamento, todavia, a Região dos Lagos já possuía estações de tratamento de esgoto instaladas, então seria lançado efluente tratado, de toda forma. A Sra. Adriana Saad proferiu que, sendo lançado diretamente no mar, dificultava o controle da qualidade dos efluentes. O Sr. Eduardo Pimenta comentou que o caso citado pela Sra. Adriana Saad seria de um emissário que não obteve sucesso, porém, há vários outros que mostraram eficiência. Pontuou que haviam três vias a serem consideradas: a transposição para a bacia do Rio Una, o emissário submarino e, também, a utilização de *wetlands* e levar esse efluente tratado para a zona rural, que carece de água. O Sr. Leandro Coutinho propôs que, considerando a falta de unanimidade sobre o local de lançamento desses efluentes, poderia ser realizada uma apresentação técnica das propostas de solução e votação do Poder Concedente, para que se chegasse a uma decisão final. A Sra. Adriana Saad colocou a importância da aceitação de todos os municípios nessa aprovação, pois todos assinam essa aprovação. Destacou que o INEA teria que se manifestar sobre esse assunto, pois todos os envolvidos já colocaram seus pontos de vista e já havia estudos o suficiente para embasar uma

decisão. O Sr. Leandro Coutinho proferiu que a apresentação poderia ser feita em uma reunião com o INEA. Sr. Marcos Vargas comentou que a posição da Prefeitura de Cabo frio seria a favor da transposição, porém considera fundamental a prévia construção da estação terciária no Jardim Esperança. Comunicou que também compartilha da preocupação com o nível de tratamento das estações serem eficientes, pois recentemente a Prefeitura multou a Prolagos devido ao seu tratamento não atender a eficiência necessária. O Sr. Arnaldo Villa Nova elucidou que o recurso liberado em 2010, foi para fazer a estação terciária do Jardim Esperança e a transposição, pois ambas estariam vinculadas. Informou, também, que o recurso já foi aportado, e estaria parado desde 2010. Expôs a necessidade de se averiguar a atual situação do recurso e finalizou corroborando a importância da ETE Jardim Esperança ter tratamento terciário. A Sra. Adriana Saad informou que seria montado um processo, que seria avaliado pelo jurídico, para posterior abertura de processo junto a AGENERSA, com intuito de obter informações sobre o andamento do recurso. Deliberou-se o encaminhamento das informações para a elaboração do processo para a AGENERSA. O Sr. Eduardo Pimenta pontuou que esse impasse beneficia apenas a Concessionária, que acaba ficando em uma “zona de conforto”. O Sr. Arnaldo Villa Nova propôs uma audiência com o prefeito do município de Cabo Frio, pois é fundamental o posicionamento do município. Os membros posicionaram-se de acordo com a proposta. O Sr. Leandro Coutinho sugeriu um convite formal ao INEA para que participasse da audiência, sendo o mesmo aprovado. O Sr. Arnaldo Villa Nova indicou que, previamente, deveria ser realizada uma conversa com Sr. Carlos Tibão, do INEA, que possui informações relevantes sobre o assunto. Avançando para o item de pauta incluso, a Sra. Adriana Saad informou que o Comitê recebeu o recurso para os projetos de saneamento, o qual foi dividido para dez municípios da RH VI, os quais os recursos ainda não foram desembolsados e ficaram rendendo. Em paralelo, foi iniciado o processo para abertura de edital para licitar os projetos de Araruama e Iguaba Grande. Todavia, como os mesmos não poderiam ser licitados se a tabela EMOP não estivesse no ano corrente, a licitação foi cancelada e a tabela foi atualizada. Logo, foi observado um reajuste do preço dos materiais que se aplicaria a todos os projetos. Sendo assim, com o valor originalmente aprovado, o projeto ficaria inexecutável, à medida que os materiais necessários à sua execução estavam mais caros. Entretanto, haveria um fundo reserva que poderia ser utilizado para cobrir esses reajustes, devido aos rendimentos supracitados, além de saldos remanescentes de outros projetos da mesma rubrica. Desse modo, precisaria da aprovação da resolução que viabilizaria a utilização do saldo remanescente e dos rendimentos para complementação das planilhas orçamentárias para os

projetos, atentando que sempre seriam mantidos os recursos dentro das respectivas rubricas. Elucidou, ainda, que a resolução aprovada seria encaminhada para avaliação da CTIL e, após, para aprovação da Plenária. O Sr. Leandro Coutinho questionou se alguma obra ultrapassou o saldo do rendimento. A Sra. Adriana Saad aclarou que, até o momento, os valores previstos não ultrapassam o valor que se tem em conta. Logo, era previsto que o recurso em conta seria suficiente para cobrir a atualização do orçamento de todos os projetos aprovados. O Sr. Eduardo Pimenta colocou em aprovação a resolução. A mesma foi aprovada pelos demais membros sem ressalvas. Avançando para “assuntos gerais”, o Sr. Eduardo Pimenta tratou sobre o passivo ambiental na Praia de Siqueira, cujo processo tramitava no Ministério Público, para o qual a PROLAGOS se propôs a custear, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), porém a Prefeitura de Cabo frio estaria receosa em receber esse recurso da Concessionária, pois a PROLAGOS informou não possuir *expertise* para realizar a dragagem. Colocou que, em seu entendimento, a licitação para a dragagem da Praia do Siqueira poderia ser realizada pelo CBHLSJ, através do CILSJ, e que a P.M.C.F. mostrou-se interessada nesse encaminhamento, sugerindo que fosse elaborada uma minuta de um Termo de referência que fosse revisada pela Prefeitura. Além disso, a mesma ia verificar com o setor jurídico sobre a viabilidade de adotar esse procedimento. Questionou ao Sr. Marcos Vargas, como se poderia dar celeridade a esse processo. O Sr. Marcos Vargas informou que o mesmo realizou o levantamento de valores dessa obra e foi percebido que o montante oferecido pela PROLAGOS não cobriria o valor da obra em sua totalidade. Dessa forma, foi sugerido criar um plano de dragagem recorrente da lagoa, conforme a entrada de recurso. Noticiou que, após a execução do estudo, deu o conhecimento dele a Prolagos e o Ministério Público, junto com o Secretário de Meio Ambiente há época, numa reunião conjunta. Porém, após a colocação desse parecer, não houve prosseguimento do MP junto à Prolagos do assunto, segundou seu conhecimento. Sugeriu que fosse fomentado o tema junto ao Sr. Leandro Mitidieri. O Sr. Eduardo Pimenta comentou que, pelo que o soube, o recurso proposto pela Prolagos seria somado ao valor obtido pela aplicação de multas da Prefeitura de Cabo Frio, que chegariam a, aproximadamente, R\$ 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil reais). Questionou à Sra. Adriana Saad se seria possível realizar uma sondagem com o jurídico, para verificar a viabilidade dessa colaboração com a Prefeitura, e a possibilidade de se elaborar uma minuta de Termo de Cooperação. A Sra. Adriana Saad elucidou que precisaria abrir um processo formalizando a intenção de se criar uma parceria da P.M.C.F. com o Consórcio e, após, realizar uma reunião do Conselho de Associados para que se tenha a aprovação, portando a aprovação, se

prepararia a minuta do Termo de Cooperação e aguardaria a entrada do recurso para iniciar a pesquisa de mercado. O Sr. Eduardo Pimenta solicitou uma reunião da Secretária Executiva do CILSJ com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, para dar andamento a essa questão, destacando a importância de dar retorno à comunidade afetada pela situação. O Sr. Arnaldo Villa Nova proferiu que o material da dragagem poderia ser reutilizado no próprio Canal do Itajuru para a dragagem. Enfatizou que não seria eficaz a dragagem da Praia de Siqueira, sem resolver o problema da estação de tratamento não ser terciária. Foi discutido se o material que seria resíduo dessa dragagem teria uma composição que pudesse ser reutilizado, conforme indicado pelo Sr. Arnaldo Villa Nova, sendo esse um fator a ser considerado. Tratando sobre o XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, a Sra. Adriana Saad proferiu que estaria tentando uma parceria com a AGEVAP para compartilharem um stand. Entretanto, foi observado que não era viável. Com isso, questionou se os membros autorizavam a disponibilização de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) da rubrica de “ações de diretoria”, cujo saldo seria utilizado para aquisição de materiais e demais despesas relativas a eventos em que o Comitê viesse a participar, incluindo o ENCOB. A ideia seria uma parceria com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e das Ostras, que disponibilizariam o mesmo montante. O Sr. Eduardo Pimenta colocou em aprovação. Os membros aprovaram a disponibilização do recurso para a ação solicitada. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Manuella Souto, revisado por Jéssica Berbat

Elaborado em: 01 de junho de 2022

Aprovado em: 14 de junho de 2022



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBHLSJ